

ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E PROTECÇÃO DO AMBIENTE NO DESENVOLVIMENTO RURAL

No título desta comunicação estão três termos cujos significados se tornaram imprecisos e confusos no discurso técnico e científico sobre as questões territoriais. São eles: ordenamento, ambiente e rural.

A falta de uma explicitação dos significados conceptuais dos referidos termos é uma grave lacuna no pensamento urbanístico moderno.

Ordenamento — é o conhecimento integrado sobre uma realidade territorial. As bases de ordenamento de uma região são o acervo de informações, de estudos e de análises, que lhe dizem respeito. Assim, o ordenamento é a formação de um entendimento esclarecido sobre a estrutura de uma região em todas as suas vertentes: física, social, económica, política e ecossistémica. O ordenamento tende assim a ser uma abordagem objectiva e necessária para esclarecer e fundamentar os planos. Estes, por sua vez, são instrumentos de apoio à decisão e à acção e dependem de programas conjunturais. Podem explorar soluções diversas, mesmo contrastadas em função das políticas e das ideias que configuram as transformações.

Ambiente — é o sector que trata dos problemas de poluição da água, do ar, do solo, do tratamento de resíduos, do controlo de fontes de ruído, de focos de agentes infecto-contagiosos e de radiações que, de algum modo, constituam riscos para a saúde das pessoas, animais e plantas. A protecção da vida selvagem que, por exemplo, tem sido apropriada pelas estruturas político-administrativas do ambiente, é uma matéria muito mais ampla que remete para a gestão dos ecossistemas silvestres e para a biologia aplicada ao ordenamento e à elaboração dos planos territoriais integrados e que, de modo algum, se confina a uma mera questão ambiental.

Rural — se a designação de "mundo rural" num sentido lato, refere os espaços de dominante uso agrícola e silvestre, com toda a actividade social relacionada com esses sectores, estamos perante uma realidade muito heterogénea que abrange cerca de 96% do território nacional.

Se atribuirmos à designação "mundo rural" um sentido mais restrito, ficamos perante uma realidade que pertence ao passado e que é fundamentalmente matéria de investigação histórica. Os casos de autênticas comunidades rurais, que chegaram até aos nossos dias, deram-nos o testemunho vivo de um modo de vida difícil, atávico, que as modernas

políticas de desenvolvimento e de subsidiariedade procuram justamente integrar no moderno sistema de economia global.

Deste genuíno "mundo rural" as únicas coisas que, com propriedade, se prestam a ser salvaguardadas e valorizadas são, em parte, as estruturas físicas das suas paisagens eivadas de um valioso património arquitectónico. Também a cultura, o saber pragmático, as técnicas de tantas artes rurais apuradas ao longo de séculos são uma valiosa herança, só desprezada por quem a não conhece.

A grande expansão do "mundo rural" europeu deu-se durante a Idade Média. Os ecossistemas silvestres originários foram sistematicamente truncados ou mesmo destruídos para dar lugar aos agro-sistemas rurais. Ocorreram então as mais profundas rupturas nas cadeias tróficas, com significativas reduções na fauna selvagem e causando mesmo o desaparecimento de diversas espécies. Nesse processo, os ecossistemas naturais brutos foram amplamente desorganizados, em muitas regiões suprimidos, para dar lugar a uma actividade focada num número reduzido de espécies de plantas cultivadas e de animais domésticos. O agro-sistema rural é um ecossistema reduzido que se mantém à custa de trabalho, longe portanto de corresponder a ecossistemas diversificados e estáveis. As paisagens naturais originárias foram profundamente alteradas pelas sociedades rurais — muito mais do que parece a um primeiro olhar — e é da maior utilidade, para o trabalho que temos de desenvolver, dispor de conhecimentos sobre as transformações verificadas no território, durante a expansão rural.

Hoje, quando se refere a "revitalização do mundo rural" não significa que se pretenda ressuscitar aquele modo de vida. As paisagens rurais foram determinadas pelos sistemas de culturas agrícolas, pelos materiais de construção disponíveis no local e por uma arquitectura de desenho pragmático.

A estrutura social era muito rígida, fortemente enquadrada pela família e circunscrita aos domínios do lugar da aldeia e da vila. O camponês vivia num espaço restrito e com pouca mobilidade.

As rotações das culturas, o lugar que ocupam na orografia, a importância da pecuária na estrutura da exploração, as interdependências entre as práticas agrícolas e florestais¹,

¹ No modelo rural mais diversificado, a agricultura, a pecuária e a floresta eram exploradas de forma integrada. Foi exemplar a linha de operações de limpeza dos matos que eram depois utilizados para fazer cama do gado nos estábulos e daí obtinha-se um estrume de alta qualidade para fertilizar os campos agrícolas.

imprimiram lógicas às paisagens rurais cujo conhecimento mantém a actualidade e é importante considerar na investigação de novas técnicas. Para a agricultura moderna não faz sentido decalcar aqueles sistemas de exploração, mas seguramente que o seu conhecimento é indispensável para a engenharia poder inventar soluções para os desafios que se nos apresentam. O esquecimento das técnicas agronómicas e da arquitectura rural constitui uma lacuna preocupante na formação dos actuais técnicos agrícolas e, mesmo na cultura universitária, esse vazio tem dado lugar a uma mentalidade tecnocrática limitada na sua dimensão cultural.

A mistificação que hoje tende a fazer-se sobre o "mundo rural" advém dos imaginários que a cultura urbana tece sobre o campo entendido como um "paraíso perdido". Estas ilusões são de tal modo emotivas e enfatizadas no discurso comum que se torna difícil a difusão da verdade histórica. Daí vai um pequeno passo para a instrumentalização dos imaginários sobre a ruralidade e o campo, por movimentos político-ideológicos obscurantistas. Também aqui há uma responsabilidade dos intelectuais em impedir estes aproveitamentos oportunistas, repondo a verdade dos factos e desenvolvendo conceitos e propostas que contribuam para dar respostas aos problemas do ordenamento territorial e à estabilização das paisagens agrícolas e silvestres.

O camponês não tinha uma vida tão idílica e bucolicamente amena como o nosso imaginário pretende fazer crer. Não esqueçamos que a sociedade rural via na natureza exterior um sistema ameaçador, hostil. A harmonia entre o "mundo rural" e a "natureza" é uma tese sem sustentação. A desmistificação destas relações é necessária para, de um modo esclarecido, podermos compreender o ordenamento do território.

Há uma carga ideológica que vem dos discursos conservadores e culturalistas que alimentam a nostalgia de uma vida no campo idealizada e mistificada. Por outro lado, o discurso modernista confinou-se à problemática das cidades. Desta dicotomia cultural resultaram diversos equívocos, ainda não resolvidos. É assim que nos anos 70 encontramos teses que consideravam possível o desenvolvimento da agricultura, a partir das suas bases rurais, como forma de fixar populações no campo evitando as migrações para os subúrbios das áreas metropolitanas.

Hoje, os discursos propositivos sobre a estruturação do povoamento continuam confusos e contraditórios: defende-se a necessidade de criar uma rede de cidades intermédias, que não poderiam deixar de crescer atraindo as populações dos aglomerados mais frágeis da sua área de influência. Ao mesmo tempo, lamenta-se a *desertificação* do interior e do

campo, no pressuposto de que um povoamento ideal manteria habitado os lugares e aldeias da antiga estrutura rural.

Paralelamente, deseja-se melhorar as relações de acessibilidade às redes de equipamentos e serviços, o que pressupõe um povoamento menos disperso e aglomerações com escala.

O universo dos agricultores a tempo parcial, que habitam em espaços rústicos ou para-urbanos, trabalhando na indústria e nos serviços e complementando o seu rendimento com o resultado da exploração agrícola familiar, ocupa um espaço incompreendido pelo ordenamento do território e mal assumido pelos planos. Este estrato da população é enjeitado pelo sector urbano e não é também claramente aceite pelo sector agrícola. No entanto, constituem uma paisagem viva, dinâmica e carente dos desenvolvimentos que dêem estabilidade e carácter à sua paisagem.

Os espaços rurais, em grande parte, são arquitectados. A paisagem é modelada, a hidrografia adaptada às necessidades de drenagem e de rega na perspectiva da produção agrícola. Mesmo na exploração florestal e na pastorícia, a actividade rural não foi nada passiva, causando transformações. Mas a ruralidade não se confinou só à actividade agrícola, pois como sistema fechado, auto-suficiente, desenvolveu um conjunto de actividades (olaria, carpintaria, metalurgia, tecelagem) e outras, podendo referir-se a existência de uma indústria rural. Hoje, quando se refere a "revitalização do mundo rural", não significa que se pretenda ressuscitar aquele modo de vida. A produção para autoconsumo era devida ao isolamento, às limitadas capacidades técnicas e de investimento, às dificuldades de circulação dos produtos agrícolas e à incipiência dos mercados.

A dominância das culturas destinadas à subsistência da família do agricultor e dos seus animais induziu policulturas adaptadas ao solo e ao clima. Contudo, revelou-se a capacidade da agricultura em melhorar o solo, a ponto de se poder concluir de que não existe propriamente uma "aptidão" ou "vocaçã" da terra².

² Atenda-se ao que escreve Georges Duby e Armand Wallon, na sua notável obra *Histoire de la France rurale*, Vol. 1. *Des origines à 1340*, Éditions du Seuil, 1975: "Il n'y a pas de 'vocation' des terres — Les études successives de la fertilité et de la praticabilité montrent, d'une part, que la terre de culture est en grande partie une création humaine qui a évolué avec l'histoire agraire, d'autre part, que l'affectation du sol à telle ou telle culture est avant tout un problème de décision socio-économique. La prétendue 'vocation des terres' prise dans l'absolu par certains historiens ou certains technocrates est un

A necessidade incontornável de espaço agricultável como uma forma de sobrevivência obrigou a sociedade rural a ter que expandir o espaço agrícola armando encostas em socalcos e sujeitando-se a espaços relativamente marginais para a agricultura.

No século XVIII inicia-se na Europa uma retracção do espaço rural. Em Portugal o processo é menos notório mas seguramente que, já no século XIX, os camponeses procuram na emigração, uma fuga às suas penosas condições de vida. As duas campanhas do trigo — da monarquia nos fins de oitocentos e do Estado Novo, nos anos 30 — e as acções da Junta de Colonização Interna são políticas de inspiração fisiocrática que, de algum modo, procuraram visionar reformas de um mundo rural inexoravelmente ultrapassado.

Portugal é um mosaico destas paisagens e, apesar dos estudos monográficos, etnológicos e de excelentes trabalhos como o inquérito à "Arquitectura Popular em Portugal"³ está, na prática, por resolver o relacionamento territorial da sociedade moderna com o património paisagístico e arquitectónico herdado do "mundo rural". A arquitectura rural, em todas as suas dimensões, entre as quais a da paisagem, apresenta soluções construtivas e padrões de espaços que, em grande parte, se mantêm actuais e merecem ser conhecidos e difundidos para melhorar a qualidade da arquitectura paisagística contemporânea.

A salvaguarda e valorização das paisagens é um problema a partir do momento em que perdem a base económica e social que está na sua génese.

Se há estruturas territoriais que são facilmente reconvertíveis e adaptáveis às exigências da evolução tecnológica e às transformações socio-económicas, outras há que ficam marginalizadas e tendem a ser abandonadas no quadro do normal funcionamento das actividades económicas que tradicionalmente as utilizavam. Surgem assim espaços com usos deslocados, com rendimentos marginais negativos e disfunções que tendencialmente levam à sua degradação e abandono. Muitos dos espaços rurais encontram-se nesta situação.

As motivações dos proprietários e dos utilizadores dos espaços rurais estão em profunda mutação.

dangereux non-sens qui fait perdre de vue la subtile dialectique entre le complexe écologique et le complexe historico-économique."

³ *Arquitectura Popular em Portugal*, volume I e II, edição do Sindicato Nacional dos Arquitectos, Lisboa, 1961.

As paisagens mais genuinamente rurais e arquitectonicamente mais expressivas são também as mais parceladas, o que dificulta ou mesmo inviabiliza a sua sustentação com base na produção agrícola sujeita às actuais regras do mercado.

Nestes casos os edifícios são procurados para habitação que, se for permanente, poderá desenvolver, nas parcelas conexas com a habitação, uma agricultura de tipo familiar para auto-consumo. Nos casos de segunda residência é pouco provável que ocorra esta actividade agrícola complementar. Os aproveitamentos para a exploração turística são outro destino em expansão na última década.

Não podemos iludir o facto das paisagens serem, de sua natureza, vivas e dinâmicas. A museologização de uma paisagem, de um luar, de uma aldeia só pode ser considerada em casos excepcionais e, à partida, nada corrobora o constrangimento, o artifício e o fingimento inerente a tais experiências.

Assim, aconselha-se o estudo e a exploração de formas de salvaguardar e valorizar os espaços rurais através de intervenções casuísticas, de modo a integrá-los no contexto da moderna sociedade urbana, sem se perder ou desvirtuar a sua expressão arquitectónica. A questão está em compreender e adaptar o conteúdo simbólico das paisagens e encontrar novas utilizações que lhes confirmem sentido no contexto da vida social contemporânea.

A mentalidade da actual população activa no sector agro-florestal, nada tem a ver com a do camponês rural, aproximando-se, a ponto de se identificar, com a mentalidade urbana global.

Se há 40 anos viver no campo ou nas pequenas vilas era uma desvantagem, quando comparado com o modo de vida nas grandes cidades, com a sua oportunidades e níveis de serviços, hoje a situação tende a inverter-se. O reforço do municipalismo, as políticas de descentralização e de equilíbrio na distribuição regional e municipal de financiamentos fez com que a vida na província seja hoje mais confortável do que nos grandes centros. Podemos mesmo sustentar que, actualmente, os mais graves problemas sociais (miséria, segregação, disfunções de serviços públicos e falta de qualidade na habitação) estão no interior das áreas metropolitanas.

Verifica-se actualmente uma grande procura potencial de habitação em zonas para-urbanas. A moradia com jardim ou quintal é uma tipologia que deveria ser fomentada e muitos dos espaços rurais prestam-se a ser reconvertidos para responder a uma procura de habitação por parte de populações urbanas, que desejam viver fora das cidades.

As evoluções que estão a ocorrer no sistema de transportes e nas redes de telecomunicações permitem recuperar formas de povoamento disperso. Acontece que o urbanismo administrativista e gestionário vigente dificulta, ou mesmo impede, a mobilidade das populações, bloqueia o normal funcionamento do mercado imobiliário, proíbe a realização de obras de reformulação de edifícios indiferente ao facto dessas obras serem indispensáveis para que os edifícios possam ser utilizados e conservados.

Se por um lado se desenvolve todo um discurso no sentido de revitalizar, repovoando os espaços rurais assistimos, ao mesmo tempo, à multiplicação de medidas que legitimam todas as arbitrariedades exercidas pelos poderes administrativos sobre aqueles que necessitam de ter acesso à utilização dos espaços. Assiste-se assim à expansão de práticas de uma obstrução sistemática da utilização do território pelas famílias e pelas empresas, como se a transformação e construção de espaços para habitar e para trabalhar fossem uma coisa indesejável e negativa.

Professor Doutor Sidónio Pardal